

A CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA RESÍDUOS ORGÂNICOS – CEMAR: UMA AÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DA SLU.

Gláucia Moreira Pinto¹
Francisco André Silva Martins²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma abordagem, ainda em construção, de uma pesquisa que envolve a educação ambiental, no âmbito da educação não formal da SLU. A construção do Centro de Referência Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental é uma das estratégias nesse campo de atuação do trabalho do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização na formulação de práticas educativas para uma possível cidade sustentável. A proposta é de apresentar um histórico deste espaço e como ele vai se constituindo com os vários sujeitos que o frequentam. Nesse processo algumas questões foram suscitadas: Como esta estratégia pode formular novos paradigmas para as práticas ambientalmente sustentáveis para a cidade de Belo Horizonte? Como os sujeitos implicados na construção desses novos paradigmas se percebem? O trabalho se relaciona à uma pesquisa de mestrado em andamento e propõe como metodologia uma revisão bibliográfica sobre o tema, a análise qualitativa de documentos gerados pelo Departamento de Políticas Sociais e Mobilização que apontam dados do desenvolvimento da educação ambiental. O recorte delimitado nos permite analisar as várias estratégias de trabalho no âmbito da educação ambiental desenvolvido pela SLU e a perspectiva é refletir como estas ferramentas podem contribuir para a construção de práticas ambientalmente sustentáveis para a cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação não formal. Mobilização. Resíduos sólidos

Considerações Iniciais

O presente trabalho traz em seu bojo um diálogo sobre as práticas educativas da SLU, bem como suas estratégias de ações de educação ambiental. Pretende-se apresentar um histórico do Centro de Referência Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental na construção da educação ambiental, ressaltando como os vários agentes desse processo atuam neste espaço ora denominado CEMAR. É importante complementar que este espaço tem a gestão de uma Gerência de Educação Ambiental, pertencente ao Departamento de Políticas Sociais e

¹ Educanda do curso de Mestrado em Educação e Formação Humana (UEMG), glauciampinto16@gmail.com

² Professor Doutor no Programa de Mestrado em Educação e Formação Humana (UEMG), francisco.martins@uemg.br.

Mobilização, dentro da autarquia Superintendência de Limpeza Urbana (SLU).

Para a sustentação deste diálogo, serão utilizados autores clássicos com os quais iremos dialogar, dentre eles: Neidson Rodrigues, Carolina Catini, Sílvio Gallo, Muniz Sodré, Maria da Glória Gohn, Paulo Freire, Adriano Nogueira, Carlos Loureiro. Os autores proporcionam uma reflexão sobre mudanças necessárias para ampliar as discussões em torno do conceito de educação, uma educação que precisa transpor os muros da escola, avançar para outros espaços igualmente pedagógicos. Aqueles que vivem em um contexto urbano e deparam com possibilidades no que tange o experienciar situações e soluções de questões de cunho ambiental e que fazem parte também do cotidiano de várias comunidades. Nesse contexto, se apresenta o desafio de integrar esses sujeitos dos vários lugares da cidade nas diversas práticas educativas que abarcam o contexto cultural em que a comunidade interage, troca, movimenta, trabalha, cresce e amplia seus saberes.

O processo educativo não formal, ao se abrir para novos atores e ao se estender para outros espaços e objetos, como a cidade e aqui no caso a relação com o lixo e a limpeza urbana, faz emergir uma nova configuração de sociedade e, com ela, os conflitos explícitos de uma educação que se pretende integrada, compartilhada e ampliada. Estes conflitos giram em torno da diversidade cultural, da inclusão de sujeitos outrora desconsiderados do universo de cidadania, das relações étnico-raciais, de gênero. Diante disso, podemos dizer que a ação de Mobilização Social representa um avanço no envolvimento popular junto ao serviço operacional da Autarquia SLU.

Até 1993, não havia um departamento ou um setor que pensasse juntamente com a prestação de serviços de limpeza urbana as possibilidades de ações educativas para a população de Belo Horizonte assistida com estes serviços. Estas ações educativas começam a acontecer em meados de 1994³ em vilas e favelas, com abordagem de moradores, em discussões sobre a implantação da coleta seletiva com a comunidade, eventos lúdicos que mostram para a população os

³Em 1993, com a gestão do então Prefeito Patrus Ananias é criada uma Assessoria de Comunicação Social junto ao gabinete da Superintendência de Limpeza Urbana que vai se movimentar em torno de divulgação e informação à população dos serviços de limpeza urbana prestados pela SLU. (Dados constantes nos registros do Centro de Memória e Pesquisa – CEMP/SLU, 1994)

caminhos dos resíduos gerados e ações permanentes junto às escolas são balizadas pela atuação de uma Assessoria de Comunicação Social da SLU que agrega às suas atribuições etapas de planejamento integrado aos demais setores desta Autarquia. Caminhando nessa seara, Muniz (2012) nos diz que é preciso reinventar a educação, ela precisa transitar nos vários espaços sociais e entre diferentes sujeitos sociais para que, de fato, ela permaneça, se instaure como momento de trocas de saberes. Assim, em 1993, a Assessoria de Comunicação Social atuou intensamente na mobilização social da cidade e, em 2000, a Assessoria se torna um departamento, o de Políticas Sociais e Mobilização.

A equipe⁴ de mobilizadores passa a atuar dentro de um departamento responsável pelo desenvolvimento de práticas educativas e vai gestar ações para envolver a população e conclamá-la para pensar a sustentabilidade em contraponto ao cenário de uma sociedade de consumo. A proposta de construção de um Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR, pensada em meados de 2017, objetiva levar para este espaço discussão e ações para compreender a relação entre cidade e consumo sustentável, a partir de um envolvimento com a comunidade do entorno (moradores do bairro Estoril, região Oeste da cidade) que vem abraçando a proposta.

Para tanto, torna-se importante contextualizar o território, é necessário entender como os vários atores percebem e atuam neste espaço, no que se refere ao lixo gerado por todos. O desejo é que os vários significados atribuídos ao consumo e também ao lixo venham à tona, e com eles também sejam reveladas as questões que causam preocupação nos moradores, como as condições climáticas, o intenso tráfego de carros nas ruas, a ocupação do solo. Promover um trabalho educativo com a comunidade torna-se uma estratégia para o sucesso de uma construção de conhecimentos e saberes específicos e próprios a esta população.

Compreender e agregar estas relações fundamenta o trabalho educativo. Maria da Glória Gohn (2014) bem nos lembra uma questão crucial para as necessárias transformações sociais onde se almeja a inclusão dos setores populares. É no mundo da vida, com o compartilhamento de

⁴A equipe é constituída por historiadores, geógrafos, psicólogos, sociólogos e pedagogos, ou seja, é uma equipe multidisciplinar. (Dados de registros sobre a estrutura organizacional do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização - 2000)

experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas, é lá que se encontra a construção dos saberes. É nessa troca e partilha que é possível consolidar ações educativas permanentes. Nesse universo concreto e vivido é que a educação toma o seu lugar, de fato.

Essa afirmação nos leva a refletir sobre os propósitos observados no trabalho de práticas educativas da SLU, quando promove a educação ambiental. É certo afirmar que para essa troca e compartilhamento comunitário precisa de um motor, o desejo de mudanças e hábitos quanto à gestão dos resíduos sólidos de cada morador, de cada casa. É preciso que esse objetivo seja comum para que se estabeleçam as relações de construção de saberes e uma aposta numa sociedade ambientalmente educada. Como Gohn (2014) acrescenta, esses espaços coletivos são agenciadores de produção de saberes, são esses os lugares para as práticas educativas construídas por todos. Assim, educação ambiental em sua essência, dialogada com a comunidade todos os dias para levar essa máxima: todos somos responsáveis pela sustentabilidade do planeta.

Dessa forma, entendemos que ao se propor à construção do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutrição (através da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar – GEFAU) o objetivo era de agregar esforços conjuntos quanto à mudança de hábitos tão arraigados na sociedade de consumo em que vivemos.

O CEMAR é uma ação conjunta e se pretende inovadora da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana), SUSAN (Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutrição) E SMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), construída principalmente pelas equipes da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU) e do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP-PSM). A iniciativa conta ainda com parcerias com a FPMZB (Fundação Municipal de Zoobotânica) e SMOBI (Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura). Além de ser uma ação intersetorial, busca reforçar as metas desta gestão de governo com relação ao Programa BH Cidade Sustentável, as metas estabelecidas no PMGIRS-BH, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12305/2010), assim como ser referência em programas das

respectivas instituições. Ressalto que é importante citar essa parceria no contexto da construção deste espaço para entender as dinâmicas de uma educação interdisciplinar para a concepção da proposta.

O Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos - CEMAR

É preciso fazer uma breve contextualização da área em que este centro vem sendo gestado. Esta área localiza-se no Bairro Estoril, na região Oeste de Belo Horizonte. A ERE (Estação de Reciclagem de Entulho da Construção Civil)-Estoril foi criada pela Superintendência de limpeza Urbana (SLU), no início da década de 1990, como parte integrante do programa de gestão de resíduos de construção civil. O local escolhido para a implantação da ERE-Estoril era uma área de constante deposição irregular de resíduos sólidos da construção civil da região Oeste.

Com o objetivo de receber adequadamente e reaproveitar o entulho, as atividades de beneficiamento do entulho bruto recebido pela ERE Estoril eram realizadas num espaço operacional que compreendia pátio de triagem, sistema de britagem, pátio de estocagem de material britado e selecionado, área de carregamento de caminhões e fábrica de blocos.

A ERE-Estoril foi desativada em julho de 2013, em função de conflitos com os moradores do entorno (os mesmos reclamavam do excesso de barulho e muita poeira provocada pela trituração dos resíduos de construção civil)⁵. Mesmo tendo conflitos com a comunidade local em torno de seu funcionamento, a Estação de Reciclagem de Entulho recebia a visita regular de estudantes de todas as áreas e ciclos para que pudessem entender o funcionamento desta estação e entender o seu objetivo e a ação de mitigar os grandes problemas causados pelo descarte irregular de restos de construção civil. Por uma ação junto ao Ministério Público, encaminhada pela comunidade, esta Estação foi desativada e ficou ociosa, com sua área de quase 80 hectares.⁶ A partir de 2017, inicia-se uma série de discussões sobre o melhor uso do espaço. É quando

⁵Dados Institucionais da Gerência de Educação para Limpeza Urbana (2018)

⁶Dados Institucionais do Centro de Memória e Pesquisa – CEMP/SLU, Ano 2012

acontece a proposta de implantação do CEMAR, Centro de Referência Municipal de Agroecologia e Educação para Resíduos Orgânicos de forma intersetorial.

Vai ser com esse olhar multidisciplinar que a área da antiga ERE Estoril começa a ter outros contornos de trabalho no campo das práticas educativas na Educação Ambiental da SLU, aqui sendo refletidas de forma intersetorial.

Com um trabalho de equipe a Gerência da Educação para Limpeza Urbana da SLU busca desenvolver projetos e práticas sustentadas na seguinte premissa: entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Diante do exposto, busca-se uma sintonia com a importância da educação ambiental, a partir da reflexão de uma lei municipal, 10.534/12 que dedicou um capítulo ao tema:

“Art. 54 - A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos e da limpeza urbana.

§ 1º - A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos obedecerá às diretrizes gerais fixadas em legislação específica.

§ 2º - O Município adotará as seguintes medidas, dentre outras, visando ao cumprimento do objetivo previsto no caput deste artigo:

I - incentivo de atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada;

II - ações educativas voltadas para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa;

III - ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada de que trata a Lei nº 12.305/10;

IV - capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;

V - divulgação dos conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.”

Silvio Gallo (2002) no seu artigo “Em torno de uma educação menor”, nos diz que

“Toni Negri tem afirmado que já não vivemos um tempo de profetas, mas um tempo de militantes; tal afirmação é feita no contexto dos movimentos sociais e políticos: hoje, mais importante do que anunciar o futuro, parece ser produzir cotidianamente o presente, para possibilitar o futuro. Se deslocarmos tal ideia

para o campo da educação, não fica difícil falarmos num professor-profeta, que do alto de sua sabedoria diz aos outros o que deve ser feito. Mas, para além do professor-profeta, hoje deveríamos estar nos movendo como uma espécie de professor-militante, que de seu próprio deserto, de seu próprio terceiro mundo opera ações de transformação, por mínimas que sejam.” (p.170)

As contribuições do autor nos permitem uma aproximação com as questões da educação ambiental, uma vez que essa pode, em grande medida, se colocar neste lugar de uma educação militante, inclusiva e transformadora. É na luta por melhores condições de vida, de saúde, de repensar os valores da natureza de onde retiramos nosso alimento, nossa água, é nesse fazer de todo dia que o conhecimento se faz, se refaz, se reescreve com novas tintas que são os sujeitos e suas perspectivas em torno de possíveis transformações sociais (LOUREIRO, 2004). E a Educação ambiental é importante componente no processo de formação do cidadão. Parece-nos que é papel da educação ambiental forjar esse militante que transforma o mundo por ações mínimas e cotidianas, é na mobilização, na ação de cada dia que este movimento ganha vida e salva o presente, e quem sabe, também o futuro de uma sociedade.

Nesse processo de aproximação e distanciamento, de reflexão para a elaboração desse trabalho, algumas indagações emergiram e essas podem nos fornecer pistas importantes em relação ao projeto em questão, que do ponto de vista institucional, ainda se encontra em fase de início, enquanto os sujeitos que apostam no mesmo já encontram-se em um avanço nas relações e discussões acerca do que desejam⁷ para este espaço. Assim, nos perguntamos: Quais os elementos motivadores a serem criados para esse novo momento? Quais as metodologias podem ser repensadas e recriadas a partir da experiência de tantos anos no processo de “tirar a população do alheamento quanto aos resíduos que produz”? Aqui ressaltando que a mobilização social tem uma atuação de mais de duas décadas em Belo Horizonte, através da SLU.

A educação ambiental passa por momentos de mudanças, vive a necessidade premente de ressignificar a mobilização, o entendimento dos sujeitos que habitam os territórios. Diante das tensões vividas nas cidades cresce a preocupação por saber mais sobre as condições do planeta,

⁷Os moradores do entorno que acompanham o projeto do CEMAR apontam como positivo a implantação deste novo cenário para a região onde vivem. Acreditam que o mesmo poderá ser uma grande referência não apenas para a região oeste da cidade, mas para a capital como um todo. (Dados Institucionais, 2017)

por entender mais como vamos reagir às condições ambientais, o que poderemos e teremos nestes novos tempos. Gallo (2002) afirma que “se a educação maior é produzida na macropolítica, nos gabinetes, expressa nos documentos, a educação menor está no âmbito da micropolítica, na sala de aula, expressa nas ações cotidianas de cada um” (p.173). É importante compreender a trajetória histórica da gestão ambiental em nossa cidade, os caminhos e descaminhos da gestão nas últimas décadas. Também é necessário evidenciar os fundamentos e instrumentos de consolidação da gestão democrática na área ambiental, a concepção política vigente e a ideia de gestão participativa em que todos devem discutir, deliberar, planejar e solucionar os problemas encontrados na gestão ambiental do seu território.

Superar conflitos, desigualdades e disfunções, descobrir o potencial educador e investir na superação de um modelo fragmentado, descolado das pessoas e das suas reais necessidades, é ainda uma grande provocação para a educação ambiental. Acreditamos que tal projeto seja algo singular para a cidade pois nos sinaliza uma forma de resistência e persistência popular que se fortalece na coletividade.

É importante ressaltar e frisar que o projeto é uma proposta em construção, mas ainda em fase inicial de suas estruturas⁸, e desde esse início a mobilização e participação popular tem sido a tônica. A sede do espaço, as melhorias em suas instalações e a recuperação da área ainda não foi de todo efetiva, mas o que demarca esta área para ser o que ainda é futuro, é a atuação de um grupo de moradores que se mobiliza e aprende uns com os outros algumas técnicas de agroecologia, a importância de uma destinação dos resíduos orgânicos para se fazer compostagem em casa, enfim, saberes que circulam em um coletivo que, pode-se dizer se tornou o próprio CEMAR.

Uma reflexão propositiva e provocadora de Freire et Alli (1989) está na discussão dos limites institucionais a que são acometidos os agentes públicos. A realização de um projeto, a execução, construção deste para se tornar um agenciador de políticas sociais é um longo e tortuoso

⁸Já existe um projeto estrutural para a reforma da sede para garantir acesso a banheiros, área para desfrutar do espaço com banquinhos e mesas debaixo de árvores, espaço para reuniões e oficinas, dentre outras melhorias.

caminho na esfera da gestão pública. Muitas vezes o desejo do próprio agente público se esbarra na morosidade das decisões institucionais. Então, o desejo de se colocar em prática o que é para um bem social e comunitário não se coaduna com a decisão da instituição. Esse choque entre desejo e realidade pode ter como mola propulsora a vontade popular, a reivindicação coletiva por este bem público.

Freire et Alli (1989) nos remetem a esta reflexão pautada nas limitações que o poder público possui, normas, regras, prazos que chocam com o movimento social que é pragmático e mais efetivo nas ações de busca por melhorias e transformações. Eles pontuam a necessidade de o poder público procurar sempre formular acordos que construam uma política séria e comprometida com as pessoas e suas comunidades.

Assim, ao pensar o espaço do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR, a aposta está na ação Intersetorial, na mobilização e conscientização da População para o consumo renovável e sustentável, entendendo que o resíduo orgânico pode ter, sim, um retorno para o ciclo da vida, pode voltar para garantir a produção de mais alimentos. E apropriar deste conhecimento passa não apenas pelo conhecimento técnico e formal, mas pelo conjunto de sujeitos que vão pensar e interagir com esta informação e fazê-la concreta para todos. Rodrigues (2001) afirma ao citar Kant: “o homem não pode se tornar homem senão pela educação”. (p.242) e reforça:

“A formação humana resulta de um ato intencional, que transforma a criatura biológica em um novo ser, um ser de cultura. Esse ato denomina-se Educação. Em resumo: a Educação é um ato intencional imposto de fora sobre uma criatura que deve ser formada como ser humano. Sendo um ato intencional e externo, ele é desempenhado primeiramente pelos que antecedem na vida social os que estão sendo formados. Nesse sentido, Kant igualmente assegura que a geração mais velha deveria educar a geração mais nova”. (RODRIGUES, 2001,p.240-241).

A partir desta reflexão, podemos inferir que a educação popular acontece com a intenção de formular soluções para uma coletividade, transpor dificuldades e transpor caminhos que já não dão garantias de uma vida com qualidade, com justiça social, com igualdade de direitos (Freire et alli, 1989). No caso do CEMAR, o espaço foi reinventado pelos moradores de seu entorno e a

estratégia é construir um coletivo forte e que reverbere seus saberes no âmbito da educação ambiental vivida e experimentada em cada encontro semanal que ali ocorre⁹. É o café servido, a colheita da horta consorciada repartida entre o grupo de moradores que estabelecem e impulsionam o projeto a ser, de fato, uma realidade materializada na construção da sede e recuperação dos hectares da área. O coletivo, nas manhãs de sábado, trocam ideias, pensam e repensam formas de plantio, formas de partilha, tratam as propostas como metas para este movimento popular que se forjou de um desejo de se constituir na região um espaço para novas vivências e conceitos frente aos resíduos nossos de cada dia.

As trocas anteriormente apresentadas demonstram o caráter pedagógico dos saberes populares. Estes, aliados aos conhecimentos desenvolvidos por técnicos que elaboram conceitos sobre plantio e compostagem, se somam a um outro paradigma para o desenvolvimento da educação ambiental para resíduos orgânicos. Rodrigues (2001) chama nossa atenção para entender a condição dos humanos na construção da diversidade:

“Esse ser humano não herda as competências necessárias para vivenciar a diversidade das experiências nas quais estará inserido ao longo de sua vida. E como a sua vida não está delimitada pelo mundo natural, mas pela variedade do mundo cultural, carece de conhecer e dominar as formas do mundo cultural, admirável e complexo. Por isso é que há uma dependência estrutural da geração mais velha, aquela que recebeu anteriormente uma formação e que já viveu, antes da geração atual, um nível de experiência da vida social e que, por essa razão, deve se sentir melhor preparada para repassar saberes úteis a cada um que ainda vai iniciar sua jornada. Essa jornada não precisa começar do nada, mas do ponto em que todos se encontram aqui e agora”. (RODRIGUES,2001, p.244)

Entendemos que esta proposta vai para além da educação ambiental popular, da discussão sobre resíduos orgânicos simplesmente. Essa proposta explicita o importante papel da comunidade mobilizada em torno do desejo de mudanças e formas de convivência com a natureza, com o

⁹Dados institucionais – proposta de construção do centro de referência municipal de Agroecologia e Educação para Resíduos Orgânicos – CEMAR – texto elaborado por técnicos da gerência de educação para limpeza urbana (2018)

espaço urbano, com o bairro que ocupa, enfim, os processos coletivos ali vivenciados pensam formas de proteção ambiental no espaço urbano como maneira de garantir melhor qualidade de vida para todos que ali residem.

No trabalho de Maria da Glória Gohn (2014), encontramos apontamentos importantes sobre a organização popular em torno de um projeto comum, suas formas de mobilização, como estes movimentos se aderem a uma nova forma de conduzir discussões que, muitas vezes, circulam apenas nos espaços institucionais e não constroem o que realmente uma comunidade específica necessita ou alimenta como desejo de mudar a sua vida. Os espaços coletivos são frutíferos para a consolidação de projetos que vão contemplar a uma comunidade, despertando o desejo para transformações sociais importantes e estratégicas para os setores mais populares. O CEMAR, neste caso, é um espaço que vem fomentando essas discussões no campo da educação ambiental, forjando novos hábitos e rompendo com paradigmas quanto ao descarte inadequado de resíduos orgânicos. O plantio coletivo¹⁰, por exemplo, com homens, mulheres e crianças participando, é uma demonstração da vontade popular em torno de uma ideia que vem se tornando, a cada dia, uma realidade possível.

Carlos Loureiro (2004) nos conclama a uma reflexão sobre uma prática ambiental transformadora e democrática. Refletir sobre essa importante conceituação face ao projeto do CEMAR retrata o quanto este se tornou fruto de um coletivo de moradores e frequentadores da área com o firme propósito de consolidar no local um espaço de interlocução entre saberes e conhecimentos de educação ambiental e esta, por ser dinâmica e apresentar outros aspectos da vida para além da sociedade de consumo, encontra terreno fértil para os acalorados encontros deste grupo de trabalho¹¹.

Transformar, segundo Loureiro (2004) exige a construção de uma identidade frente a uma proposta, um projeto. No caso do CEMAR, os moradores adotaram a área ainda em processo de

¹⁰Esta atividade tem o acompanhamento de técnicos da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) e SUSAN (Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional). Os moradores são responsáveis pelo cuidado da terra, manejo do cultivo e recebem orientações destes técnicos. Dados institucionais, 2019

¹¹O coletivo CEMAR é um grupo informal de moradores que se propuseram a cuidar de um pequeno espaço de plantio no interior desta área ainda em face de reformas e construção. Os encontros são semanais e estes vêm acontecendo desde 2019, por ocasião do início de preparo do espaço para práticas de plantio e manejo consorciado.

reformas e melhorias para práticas e trocas de saberes ambientais. Essa construção vem se consolidando a cada chegada de um novo morador, que pretende participar da construção deste espaço, que seja preservado pela sua capacidade de ser uma área de convivência para os moradores da região.

Considerações Finais

Os autores com os quais dialogamos proporcionaram um frutífero campo na discussão da educação popular como exercício da cidadania, a construção do sujeito ético enquanto um sujeito que pensa a coletividade, a militância e os movimentos sociais como urgentes e necessários para a consolidação de uma educação ambiental transformadora da rua, do bairro, do mundo, por ações mínimas e cotidianas. O diálogo em torno da mobilização nos desafia a refletir sobre o importante papel do movimento social para que uma proposta de bem comum seja realidade. É no chão das reivindicações populares que projetos coletivos se fortalecem e se tornam realidade permanente. É na mobilização, na ação de cada dia que este movimento ganha vida e salva o presente, e quem sabe, também o futuro de uma sociedade.

Dessa forma, a construção do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para os Resíduos Orgânicos – CEMAR, os caminhos ali propostos para a discussão da Educação Ambiental numa construção coletiva com a comunidade é um caminho necessário para a prática educativa que permeia hoje as estratégias que definem uma educação transformadora. O CEMAR é o encontro de uma proposta que busca a ação intersetorial e comunitária como prática para a troca de saberes e de conhecimentos.

No CEMAR, os processos vivenciados pela comunidade, no acompanhamento de cada etapa do projeto, são discutidos e partilhados em encontros semanais onde se “enche” um balaio de sonhos¹². Sonhos possíveis com a possibilidade de agregar saberes e aprendizagens necessárias para a construção de uma ação coletiva. As iniciativas são inúmeras: manejo de plantio, cobertura do solo com restos de poda das árvores locais (feita pelos servidores da área, acompanhados pela comunidade na atividade), experimento de uma composteira que tem a

¹² Nome de uma dinâmica realizada entre os presentes no CEMAR juntamente com os técnicos da SLU e SUSAN. Dados institucionais, 2019

responsabilidade dos participantes de ser manejada, enfim, uma série de ações vivenciadas seja pelos que colocam a mão na massa (realizam o plantio e o manejo), seja por aqueles que vão para acompanhar o progresso destas ações.

Na área do CEMAR chegam moradores do entorno com expectativas das mais diversas. Uma delas é romper com a lógica do descarte de resíduos orgânicos e dar aos mesmos uma destinação adequada, devolver ao ciclo da vida matéria que dará bons frutos. E a ideia não são resultados imediatos, mas a permanência de uma educação voltada para aqueles que se aproximem do projeto. É o que se pode definir como uma “janela de oportunidade” para garantir um direito a todos os cidadãos. A educação se faz com trabalho e trocas, partilhas que vêm acontecendo no Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR. Aqui, no caso, da Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos, as vivências são colocadas em debate, e, se não forem exitosas, são rearticuladas. Essa militância para a construção do conhecimento traz um elemento novo definido como escola do mundo, escola da vida, aprendizagens nas vivências. Este é o caminho percorrido pela comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ Luciana. *Um MEC antieducação*. In: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/um-mec-antieducacao/> (Acesso em 12/04/2022) – 4 págs.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.305/2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 9

CATINI. Carolina **O trabalho de educar numa sociedade sem futuro**. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/05/o-trabalho-de-educar-numa-sociedade-sem-futuro/>

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 1993. _____ . **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo, Paz e Terra, 1967.

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor**. *Educação & Realidade*, v. 27, n. 2, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil**

contemporâneo. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

LEI MUNICIPAL 8052/2000. Câmara Municipal de Belo Horizonte LEI MUNICIPAL 10.532/2012. Câmara Municipal de Belo Horizonte

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. Identidades da educação ambiental brasileira, MMA / DEA. Coord.: Layrargues, P. P. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MUNIZ, Sodr . **Reinventando a Educa o: Diversidade, descoloniza o e redes.** Petrópolis: RJ, 2012. (Ler cap tulo 1, p.11 a71).

NEGRI, Antonio. Ext io. S o Paulo: Iluminuras, 2001

RODRIGUES, Neidson. **Educa o: da forma o humana   constru o do sujeito  tico.** Educa o e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 76, 2001.In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a13v2276.pdf>

Cartilha do Plano Municipal de Gest o Integrada de Res duos S lidos de Belo Horizonte – Mar o de 2017 (publica o institucional elaborada pela SLU)

Cartilha de Compostagem Dom stica – elaborado por equipe de educa o ambiental da SLU, com contribui o da E.M. H lio Pelegrino. (texto institucional, 2018)

Proposta de Constru o do Centro Municipal de Agroecologia e Educa o Ambiental para Res duos Org nicos – CEMAR – textos institucionais, 2017/2018/2019.